

Curso de Formação para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento – 17ª Edição

EIXO 1 – ESTADO, SOCIEDADE E DEMOCRACIA

**Disciplina: D 1.1 – O Estado Contemporâneo e suas
Transformações (16h)**

Professor: Marco Antônio de Castilho Acco

09 e 10 de janeiro de 2012

Objetivos do curso: compreensão das principais dimensões que definem o papel e as capacidades do Estado na sociedade contemporânea, assim como as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre Estado e sociedade.

Nosso ambiente de aprendizado: sinceridade de propósitos, motivação para o debate e o aprendizado, atenção, compreensão e dedicação, rigor no uso dos conceitos e na busca do entendimento, criatividade, liberdade de expressão, cordialidade, pontualidade, respeito...

Da nossa apresentação: ao longo do curso...

Avaliação: A avaliação do Eixo 1 ocorrerá de forma integrada entre as 3 disciplinas.

Minhas atribuições: transmitir conteúdos estruturados, estimular o debate e o aprendizado, moderar, avaliar

Nossas tarefas comuns: controlar os limites de tempo, criar um ambiente para tornar este curso o mais enriquecedor

Que Estado?

- ✓ Não é neutro, não é mínimo, nem máximo.
- ✓ É o Estado necessário para a sociedade e a cidadania.
- ✓ É democrático e participativo. É de todos, é para todos.
- ✓ É negociador, e suas negociações são orientadas pelo interesse público.
- ✓ É republicano.
- ✓ É eficaz, eficiente e efetivo. Resolve problemas
- ✓ Suas políticas públicas e serviços são de qualidade e atendem aos anseios dos cidadãos, nos diferentes territórios.
- ✓ Seus instrumentos de ação são simples, fáceis, transparentes, republicanos.
- ✓ É parceiro da sociedade.
- ✓ É promotor do desenvolvimento econômico, social, ambiental e territorial;
- ✓ É criativo, inovador e inteligente.
- ✓ É orientado para a equidade e a justiça.
- ✓ Tem legitimidade.

**Vocês,
entrando
no
Estado
brasileiro
hoje.**

Um Estado em transformação.

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: globalização, democratização, desenvolvimento, conhecimento e crises - ou o *complexo ambiente em que os Estados operam hoje*

A Globalização e as pressões para a transformação dos Estados

A expansão da democracia no mundo – democratização, mundo da vida, diversidade, sociedade civil, cidadania; “sociedade dos grandes números” e pressões para a transformação dos Estados; autoritarismo, centralização e insulamento em questão

Desenvolvimento: novo conceito de desenvolvimento em afirmação; *fundamentalismo econômico* em questão

Transformações na economia e na sociedade: a centralidade da economia política do conhecimento; industrialismo em questão

Crises econômica, cognitiva, política e ética – sobrecargas, desafios teóricos, políticos, econômicos e éticos para os Estados; irresponsabilidades financeiras, econômicas e políticas em questão? Um novo acordo societal?

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: globalização

Duplo movimento: O que os Estados têm feito pela globalização, e o que a globalização tem feito com os Estados nacionais.

Conceitos de globalização – o debate *hiperglobalistas neoliberais X céticos*

Hiperglobalistas neoliberais: tenderam a definir a globalização como um fenômeno dirigido essencialmente pelas forças da Economia e por inovações tecnológicas, sem maiores preocupações em demonstrar empiricamente a abrangência, a consistência e os reais impactos da globalização.

O Mercado é a macroinstituição mais importante, mais eficiente, e com os melhores resultados para a sociedade. A economia dá a adequada medida do homem, a política a falseia.

Nesta nova ordem mundial, “os Estados nacionais tradicionais tornam-se artificiais, e mesmo unidades de negócio impossíveis numa economia global”. (Ohmae, 1995)

Todo o processo de globalização econômica e o seu mecanismo de governança estabelecido pelo “Information Standart” foi construído e consolidado pelos avanços tecnológicos oriundos de decisões exclusivamente dos agentes do mercado, sem a intervenção de burocratas estatais ou líderes e presidentes de instituições governamentais ou internacionais.

A globalização é irreversível. É um jogo de soma-zero em relação às capacidades e atribuições do Estado: mais globalização=menos estado (e vice-versa).

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: globalização - Hiperglobalistas neoliberais (Cont.):

Ohmae: a globalização é um processo impulsionado pelo livre e ampliado trânsito dos quatro “Is”: Investimento, Indústria, Tecnologia da Informação e Indivíduos/consumidores.

Investimento não está mais geograficamente restrito. “Agora, onde quer que se esteja no mundo, se a oportunidade for atraente, o dinheiro afluirá.” “os governos não precisam se envolver em nenhuma das extremidades. Tudo o que importa é a qualidade da oportunidade de investimento. O dinheiro irá para onde estiverem as boas oportunidades”. (Ohmae, 1995)

Os *Indivíduos* consumidores, assumiram um comportamento muito mais globalizado: seu padrão de consumo foi elevado e eles estão interessados em consumir produtos da melhor qualidade possível ao menor custo, independentemente de onde ele foi produzido: não há nacionalismo no consumo, antes pelo contrário, seria mais correto falar num consumo globalista que aproxima os indivíduos onde quer que eles estejam.

As *Tecnologia da Informação*: compras podem ser feitas internacionalmente, investimentos podem migrar, as barreiras às alianças estratégicas transnacionais caem por terra.

“Como os mercados globais de todos os ‘Is’ funcionam perfeitamente por conta própria, os Estados-nações já não precisam exercer um papel de formadores do mercado.” (Ohmae, 1995)

I. **Macrodesafios para o Estado contemporâneo: globalização - Hiperglobalistas neoliberais (Cont.)**

Outras Implicações para os Estados:

Os Estados nacionais perderiam irremediável e indistintamente a capacidade básica de contabilizar e, portanto, de tributar os novos produtos e serviços intensivos em conhecimento.

Os avanços tecnológicos sobre os meios de comunicação impuseram **severos limites sobre a capacidade dos Estados controlarem o que os povos dos diferentes países podem e devem ver e ouvir**: na medida em que satélites e meios de comunicação podem ser acessados das mais diferentes formas, não há mais como os Estados exercerem o controle sobre a informação e, se informação é poder, isso desloca o eixo de poder do Estado para a “sociedade”. (Note-se: os Estados são instituições constituídas com o intuito de controlar o livre acesso dos cidadãos às informações)

Tendem a perder irreversivelmente as suas capacidades de exercerem soberanamente o controle e regulação **sobre o valor e a emissão das moedas** nacionais, seu valor relativo em relação às demais, **a entrada e a saída de investimentos** (cujos registros são basicamente informações trocadas entre agentes privados), **as políticas fiscais expansionistas** e sobre **a possibilidade de alocar recursos adotando critérios fora dos padrões ditados pelo mercado** (por exemplo, a adoção de critérios distributivos, ou de fortalecimento das *capacidades humanas*).

I. Macrodessafios para o Estado contemporâneo: globalização (cont.)

Hiperglobalistas neoliberais (Cont.) Implicações para os Estados:

A partir dos anos 1980: **“there is no alternative” (TINA)** - Margareth Thatcher – e **Consenso de Washington** (John Williamson economista do *Institute for International Economics* (IIE) em Washington.

Os 10 objetivos de reformas do “consenso de Washington”:
(1) disciplina fiscal; (2) reforma tributária; (3) liberalização financeira (entre outras medidas, a extinção dos controles sobre as taxas de juros); (4) redução do gasto público; (5) taxas de câmbio competitivas; (6) liberalização comercial (redução de tarifas e eliminação das barreiras não comerciais); (7) liberalização do investimento externo; (8) privatizações; (9) eliminação de regulações e; (10) direitos de propriedade plenamente assegurados. (Santiso, 2004:831)

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: globalização – Os “céticos”

Objetivo: combater certos mitos que se apresentam nas discussões superficiais e apressadas sobre a “Globalização”.

A globalização como uma ideologia útil para: caracterizar as políticas nacionais inócuas ou suscetíveis aos imperativos da “nova economia global”; ‘desarmar as iniciativas nacionais e remover as resistências sociais e políticas aos interesses econômico-financeiros que operam internacionalmente’; desculpa para governos fracos e omissos, contribuindo para “obstruir o debate sobre a política econômica e social e para dificultar a identificação dos erros das autoridades governamentais”. Paulo Nogueira Batista Jr.127

Basicamente, nada ocorreu de mais substantivo na economia mundial que pudesse justificar a preocupação obsessiva com o tema. O que ocorreu foi a mudança na política econômica dos governos a partir do governo Collor (o nosso Reagan...).

- Assim, um conjunto de políticas nos campos cambial, financeiro e comercial, submeteu a economia nacional de forma repentina à competição internacional (persistente valorização cambial, elevadas taxas de juros internas e rápida abertura às importações), que tornaram o país mais vulnerável e propenso aos desequilíbrios externos.
- *Este quadro, portanto, foi resultante de ações deliberadas de governos e não o resultado de forças impessoais e globais que ninguém controla. 128*

I. Globalização – Os “céticos” – Cont.

A globalização é uma “falsa novidade”.

- O grau de *internacionalização econômica* - no mercado financeiro, de trabalho, no investimento direto externo etc. – ocorrido nas últimas duas décadas do século XX tem precedente histórico.
- O grau de integração da economia internacional nas décadas recentes é comparável e em alguns aspectos até menor, do que o observado no período anterior à Primeira Guerra.
- Os mercados internos continuam preponderantes, sobretudo nas economias maiores. A maior parte da produção mundial de bens e serviços é voltada para os mercados internos. A não ser no caso de países pequenos, a participação do comércio mundial no PIB é bastante limitada. As exportações equivalem a 12% ou menos do PIB dos EUA, Japão e União Europeia. Ásia e América Latina são inferiores a 10%.
- O mito da empresa “transnacional”
- O mito do declínio do Estado

- I. **Macrodesafios para o Estado contemporâneo: nem hiperglobalistas nem céticos: a globalização como força transformadora**
1. Longe de ser um fenômeno dirigido exclusivamente por forças econômicas e tecnológicas, **a globalização pode ser melhor compreendida como um processo *altamente diferenciado, e altamente disputado*, que se expressa em *todos os principais domínios da atividade social* (GT 12), incluindo o econômico, o político, o cultural, as guerras, o meio ambiente e o científico. E**
2. **Trata-se de um processo em aberto e em andamento, e não de uma determinada situação ou um fim.** A globalização se refere a um padrão de crescente interconectividade global em todos os domínios da vida social. (GT 27) Na medida em que em cada uma dessas ordens institucionais ou redes de poder pode e tende a apresentar história, contexto e evoluções distintas entre si não é admissível enclausurar a globalização num fim único e linear. (Não é de se esperar, por ex., que a globalização cultural replicará a globalização econômica)

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: a globalização como força transformadora

3. Na medida em que os processos, diferenciados e multifacetados, nos quais a globalização se desdobra tendem a perpassar as fronteiras territoriais, a **globalização está associada a intensos movimentos de *desterritorialização e reterritorialização*, em escalas que vão do local ao global (e vice-versas) e em movimentos que articulam indivíduos, organizações e instituições nestas mais variadas combinações de escopos territoriais.**
4. A globalização tem apresentado apreciável diferenciação em seus tempos (“início”, ritmos, crises, reveses etc.) e geografia nos diferentes domínios em que ocorre. **Embora não** possa ser considerada como um processo **irreversível, é plausível se admitir que em muitas dimensões, os caminhos já trilhados apontam para mudanças mais consistentes, que alteram a natureza dos processos e não são apenas mudanças superficiais.**
5. **Globalização envolve poder, expressa-se sob a forma de poder.** Num sistema global crescentemente interconectado, as decisões (ou não decisões) tomadas por agências num determinado território ou continente podem afetar populações, instituições, comunidades e/ou famílias nas demais partes do mundo. A crescente relevância de redes e *loci* decisórios distantes daqueles sobre os quais as conseqüências de suas decisões irão incidir, assim como, a questão da composição dessas redes/instâncias de poder, **problematizam a *responsabilidade política*. A globalização não é um processo neutro ou passivo: *patterns of global stratification mediate access to sites of power, while the consequences of globalization are unevenly experienced.*** (GT 28)

A Globalização como força transformadora

Características da globalização contemporânea

- ***Espaço-temporal*** – a propensão sem precedentes históricos de extensão, intensidade, velocidade e impactos dos fluxos, redes e interações globais que alcançam a todos os domínios sociais;
- ***Institucional-organizacional*** – a institucionalização e organização – sem precedentes históricos – das relações de poder sociais, econômicas e políticas em todo o mundo por meio de infra-estruturas de controle e comunicação. A globalização está longe de ser simplesmente um processo “fora de controle”; ao contrário, é objeto de novas formas de regulação multilateral e governança *multifacetada*.
- ***Conjuntural*** – a confluência única de influências globalizantes em todos os aspectos da vida social, da política ao meio ambiente.
- ***Múltipla - Em diversas modalidades*** – a crescente significância de diferentes padrões de globalização migratória, cultural e ambiental, ao lado das continuadas presenças de aspectos militares, econômicos e políticos da globalização dominantes no século XIX.

A Globalização como força transformadora

Características da globalização contemporânea (cont.)

Contestação – a crescente consciência da globalização tem encorajado a sua contestação em todas as esferas, da cultural à militar, na medida em que cidadãos, Estados e movimentos sociais buscam resistir ou administrar seus impactos.

Regionalização – enquanto o início do século XX testemunhou a expansão dos impérios globais, o final do século XX viveu a sua dissolução e a significativa regionalização das relações econômicas, políticas e militares mundiais. [...] O processo contemporâneo de regionalização tem sido um processo que largamente reforça as tendências de uma economia política global;

Territorialidade – [...] a reorganização dos espaços econômicos, sociais, culturais e ambientais [...], desafia o princípio territorial como o único ou a base primeira para a organização do governo político e ao exercício da autoridade política. [...] A globalização contemporânea é, desse modo, associada com diferentes tipos de políticas da territorialidade.

Formas de Estado – diferentes formas históricas de globalização estão associadas a formas bastante diferentes de Estados. Em comparação com aquele do início do século XX o governo contemporâneo é “grande”, na medida em que os Estados administram uma proporção significativa da renda nacional, empregam um número significativo de pessoas, e tem amplas responsabilidades não apenas pela administração da economia mas também pela segurança e o bem estar de seus cidadãos. Como uma consequência, a globalização tem tido provavelmente impactos políticos mais visíveis sobre os Estados desenvolvidos hoje do que em comparação com os Estados menos intervencionistas e menos orientados pelo bem estar da era pré-1914.

A Globalização como transformação

As muitas facetas da globalização:

1. Do Estado territorial à política global;
2. Guerras, armas e segurança;
3. Comércio mundial;
4. Finanças;
5. Ascensão do poder das corporações multinacionais;
6. Migrações;
7. Cultura;
8. Meio ambiente.

Em suma: Globalização e pressões para a transformação dos Estados

Os governos nacionais não podem mais ser considerados como o *locus* exclusivo e autônomo do poder político.

Na nova *polity* contemporânea, o poder efetivo é de fato compartilhado e disputado por forças e agências em diferentes escalas, especialmente nos níveis nacional, regional e internacional: nas diferentes dimensões ou frentes nas quais a globalização se desdobra, as instâncias de poder e seus integrantes são variados e relativamente dispersos.

Os Estados, as estruturas, as instituições, as autoridades, os projetos nacionais não deixam de ser relevantes nesta fase de globalização;

Apenas que suas atuações se dão em contextos marcados pela presença de forças políticas, econômicas e culturais cujas composições vão muito além das fronteiras e dos aparatos nacionais, **relativizando, deste modo, a autonomia e a soberania do Estado e das instituições nacionais.**

O problema não é tanto com os Estados nacionais em si, mas com a soberania e a autonomia dos centros decisórios nacionais como estávamos acostumados.

Os setores são importantes: a globalização apresenta diferentes impactos sobre os diferentes setores do Estado. Alguns dos mais afetados: sistemas de leis, política monetária, investimentos, câmbio, meio ambiente, cultura, comércio exterior, desenvolvimento industrial, agricultura, justiça, saúde, infraestruturas... educação? Outros?

Em suma: Globalização e pressões para a transformação dos Estados

Em geral, os Estados nacionais têm suas responsabilidades ampliadas em alguns domínios, como nos assuntos ambientais, culturais e de construção dos aparatos de negociação intergovernamental, nos quais se verifica, não o declínio, mas o aumento do *ativismo* por parte dos Estados nacionais.

Os Estados nacionais correspondentes da globalização contemporânea tendem a ser grandes aparatos de governo, e não é provável que declinem em seus tamanhos ou que tenham diminuídas as suas responsabilidades;

Antes, seria mais adequado considerar que estas responsabilidades e os aparatos dos Estados nacionais estejam em transformação político-institucional, especialmente com as seus crescentes envolvimento com a agenda “internacional”, que reforçam novos problemas de fronteira e de escala da ação (do local ao global)

Estamos vivendo processos de *adaptação* dos poderes dos Estados e de percepção da relevância crescente da *diferenciação* entre os países.

Mais do que uma simples adaptação passiva a movimentos e processos que lhes são externos, alguns dos Estados contemporâneos promovem com afinco a globalização: não são vítimas (menos ainda vítimas passivas), mas, ao contrário, são facilitadores e mesmo ativos promotores da internacionalização.

No centro do debate: a capacidade de *adaptação dos Estados para promover o desenvolvimento*.

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: desenvolvimento e conhecimento

Novo conceito de desenvolvimento

- O conceito de *desenvolvimento* que emergiu durante a era dourada de expansão do capitalismo americano, calcada numa ampliação do nível de vida das classes médias e de segmentos de trabalhadores, ancorada, por sua vez, na expansão da produção industrial – nunca alcançado pelas populações do Sul – é *claramente insustentável* no século XXI tanto para o Norte quanto para o Sul.
- Uma nova narrativa sobre o desenvolvimento começa a ser construída, e precisa ser, evidentemente, muito mais inclusiva e abrangente.
- Algumas fontes intelectuais da renovação do desenvolvimento: 1) a *nova teoria do crescimento*, conforme formulada por autores como Lucas, Romer, Aghion e Helpman; 2) a *abordagem das capacidades para o desenvolvimento*, conforme vem sendo formulada desde os anos 1980 por Amartya Sen; e 3) a *abordagem institucionalista* para o desenvolvimento, presente em autores como Rodrik e Stiglitz.

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: desenvolvimento e conhecimento

1. Da *nova economia do crescimento*: a hipótese de que estamos vivenciando a uma transformação nos fundamentos econômicos do desenvolvimento: da grande indústria à economia do conhecimento, dos investimentos massivos em máquinas e grandes fábricas industriais aos investimentos na formação de inteligências, institutos de P&D e em centros de inovação, do hardware ao software.

O crescimento no século XXI ocorrerá cada vez mais pela combinação criativa de informações convertidas em fórmulas, programação de softwares, imagens e outras formas de bens e serviços intangíveis do que pela manipulação física de materiais para a produção de bens tangíveis.

Este movimento, chamado por Evans de *bit-driven economy*, configura uma *nova economia*, orientada pela **combinação criativa** de informações e conhecimentos e as suas **transformações em produtos e serviços recorrentemente inovados** e comercializáveis em escala regional-mundial.

Por estarem essencialmente vinculados ao conhecimento, ao estoque ampliável e recombinaível de idéias e à inovação/criação, como “fatores” de produção à princípio, se não inesgotáveis, pelo menos potencialmente ampliáveis e renováveis, **os produtos e serviços associados à economia do conhecimento são mais imunes à lei dos rendimentos decrescentes que assola a economia convencional.**

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: desenvolvimento e conhecimento

Os direitos de propriedade intelectual e industrial, mais do que os direito de propriedade fundiária ou de grandes, ineficientes e declinantes plantas industriais passam a configurar o epicentro dinâmico e dinamizador da nova economia.

O desenvolvimento depende cada vez mais da **geração de *ativos intangíveis* (ideias, habilidades, redes, conexões, modos de fazer)** do que do estímulo aos investimentos em maquinarias ou em ativos físicos orientados para a produção de bens tangíveis convencionais.

Nada mais enganoso do que as formulações que localizavam em conceitos como a “formação bruta de capital” e a “acumulação de capital” as categorias necessárias e suficientes para o desenvolvimento – em síntese o **fundamentalismo do capital é insustentável.**

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: desenvolvimento e conhecimento

2) Amartya Sen e o desenvolvimento como expansão da liberdade e das capacidades humanas

Ao definir o **desenvolvimento como o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam e das capacidades humanas** que proporcionam às pessoas as condições de definirem, enquanto *agentes*, os *modos de vida que elas apreciam e têm razões em dar valor*, Amartya Sen opera uma **redefinição dos fundamentos do conceito de desenvolvimento**.

Importante: **o papel de agente** na construção das noções de desenvolvimento, já que, argumenta Sen, [...] *a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento*.

Disso decorre a **centralidade inescapável à dimensão política**, ou em termos mais precisos, **à necessidade inescapável da democracia**, tanto como meio [como a única plataforma social capaz de reverberar e equacionar em consensos – ainda que contingentes – as diversas vontades e anseios] e como *finalidade* do desenvolvimento – ou seja, enquanto um *telos* qualificante que ao tempo em que se realiza, contribui para aperfeiçoar os objetivos e os rumos do desenvolvimento

I. Macrodesafios para o Estado contemporâneo: desenvolvimento e conhecimento

3. Implicações institucionais

Se a economia do conhecimento (das ideias) impõe uma nova dinâmica que implica investimentos nas *capacidades humanas*, e se esses investimentos devem ser primordialmente públicos (ou, no mínimo, politicamente mediados), e ainda, se estamos diante da capacidade do estabelecimento de objetivos coletivos de médio-longo alcance, então, os Estados e seus aparatos institucionais voltam, pela porta da frente, à centralidade do desenvolvimento.

Investir na ampliação das *capacidades humanas* passa a ser uma atividade economicamente crítica, e se os investimentos necessários a esta ampliação possuem características [tais como, serem de longa maturação, deverem ser – ao menos até um certo ponto – disseminados por toda a sociedade e terem suas responsabilidades necessariamente compartilhadas com os beneficiários e outros agentes sociais] que os forcem a ser primordialmente públicos, então, os **aparatos institucionais a serem configurados pelos Estados para a mobilização desses investimentos tornam-se absolutamente centrais**.

II. Macrodesafio intelectual: apreender e compreender o Estado contemporâneo

Abrangência/Tamanho e composição do Estado:

“Despite the fact that numerous ministries established for conducting War World II were decommissioned in subsequent years, the total number of ministries tripled during the period from the late 1940s to the mid-1970s. Around 1950, there were 70 independent countries with 850 ministries, or roughly 12 ministries per country. By 1975, there were 140 independent countries with 2.500 ministries, or nearly 18 ministries per country, indicating a strong shift toward more active social regulation. The rapid growth of government agencies was particularly evident in the United States, where two economic regulatory agencies and five major social regulatory agencies were created during the five-year period from 1970 to 1975, while the federal budget allocations for economic and social regulation grew by 157 percent and 193 percent, respectively. Government of industrialized countries also developed a greater interest in planning and began to establish futures-oriented research bodies. With decolonization and the frequent emulation of the Western development models, the attitudes of these governments spread to those on the Third World as well. This was reflected, for example, in the fact that the governments of 118 countries established agencies responsible for environmental and natural resources between 1972 and 1982. (Peter Hass, “Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination”. *International Organization* 46 (1): 1-36. 1992:10)

II Macrodesafio intelectual: apreender e compreender o Estado contemporâneo - Abrangência do Estado

Emprego público em países selecionados (meados do século XIX e início do séc. XX)

Fonte: Rose (1985), a partir de censos dos países

Países selecionados							
Inglaterra	1851 2,4	1891 3,6	1901 5,8	1911 6,9	1921 10	1931 9,7	1938 9,9
França	1866 9,9	1896 10,7	1912 12,0	1936 14,1	1947 25,3		
Alemanha	1882 7,2	1895 9,3	1907 10,6	1925 10,6	1939 12,9	1950 11,9	
Itália	1881 4,6	1911 10,6	1931 11,2	1951 17,3			
Estados Unidos	1816 0,7	1851 0,8	1911 1,4	1918 8,9	1922 1,9		

II Macrodesafio intelectual: apreender e compreender o Estado contemporâneo - Abrangência do Estado

Participação do Emprego Público no Emprego Total (%)

	1985	1990	1997	1998	1999
Canadá	20,2	20,3	18,5	17,9	17,5
Republica Tcheca			15,3	15,3	15,4
Finlandia	25,3	23,2	25,0	24,3	
França	20,5	20,4	21,3		
Alemanha	15,5	15,1	12,9	12,6	12,3
Grecia			7,2	6,9	
Hungria			22,8	22,7	21,4
Irlanda	20,2	17,4	15,9	14,6	
Finlandia		14,6			
Italia			15,5	15,4	15,2
Coreia	4,5	4,5	4,4	4,5	
Luxemburgo		8,0			
Holanda	15,1	12,9	12,6	12,4	12,2
Portugal	12,1		15,5	15,2	
Espanha	13,8	14,0	15,7	15,5	15,2
Turquia	7,7	7,9	9,3	9,1	
Reino Unido	21,6	19,5	12,9	12,7	12,6
Estados Unidos	14,8	14,9	14,6	14,5	14,6

Fonte: OECD Public Management Service, 2001.

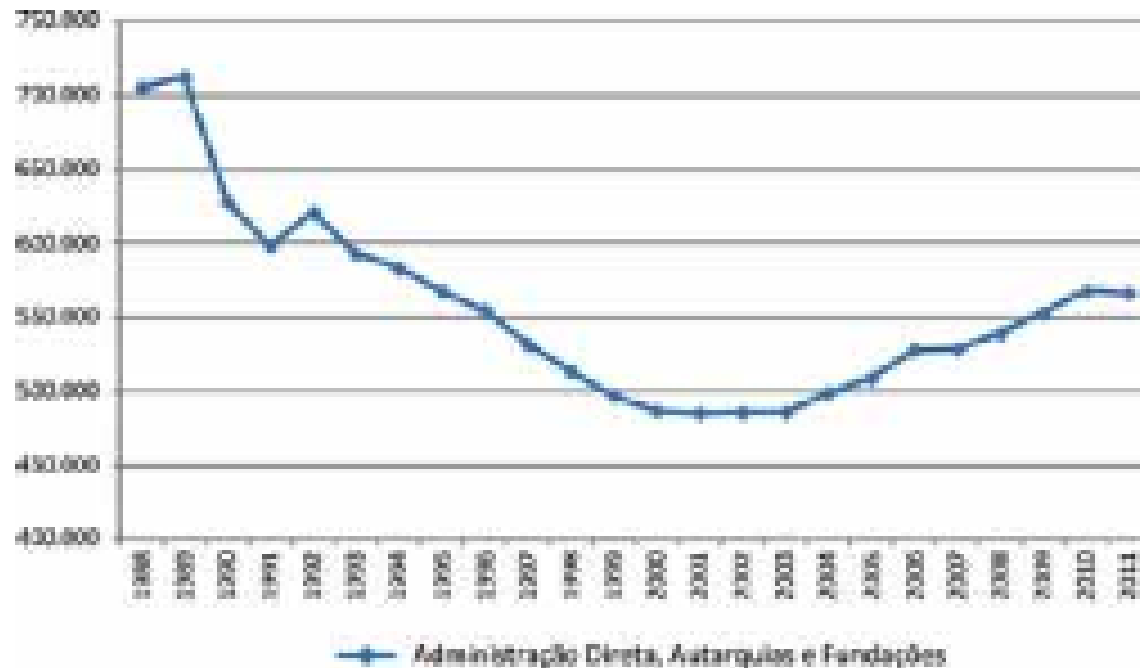
II Macrodesafio intelectual: apreender e compreender o Estado contemporâneo - Abrangência do Estado no Brasil

Saiba quantos e quem são os Servidores Públicos Federais Ativos

	2002	2011	Crescimento
Executivo	809.975	983.859	21%
Civil	530.662	631.530	19%
Administração Direta	200.191	247.715	24%
Autarquias	192.142	240.445	25%
Fundações	93.409	89.776	-4%
BACEN	4.675	4.619	-1%
MPU	5.859	8.384	43%
Empresa Pública	27.379	25.016	-9%
Sociedade de Economia Mista	7.008	15.575	122%
Militares	279.313	352.329	26%
Legislativo	20.501	25.106	22%
Judiciário	81.716	121.587	49%
Total	912.192	1.130.552	24%

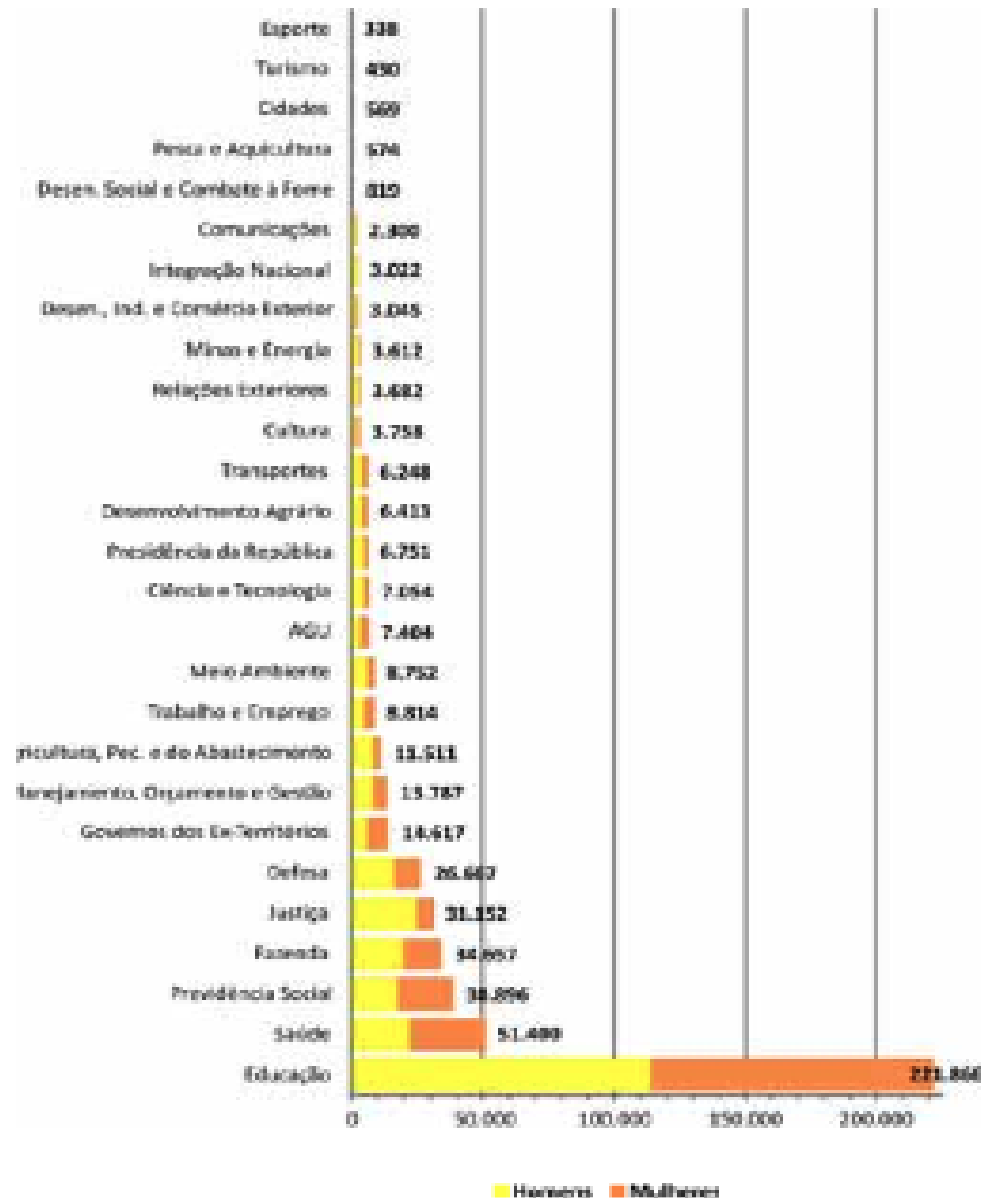
II Macrodesafio intelectual: Abrangência do Estado no Brasil

Evolução do quantitativo de servidores públicos federais civis ativos do poder executivo

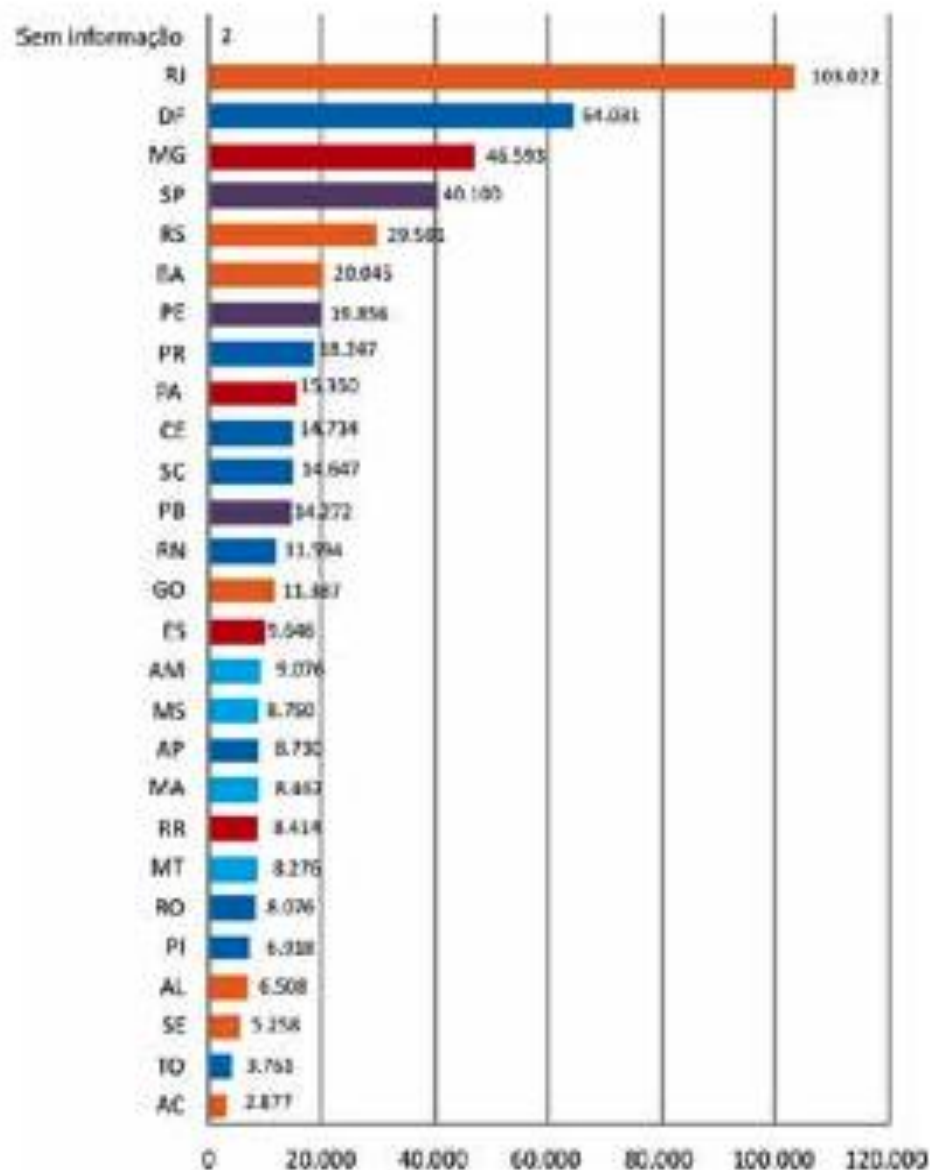


Neste gráfico estão incluídos os servidores do Ministério da Saúde cedidos ao SUS (Lei 8270/91)

Distribuição dos servidores civis ativos do poder executivo por sexo por ministério

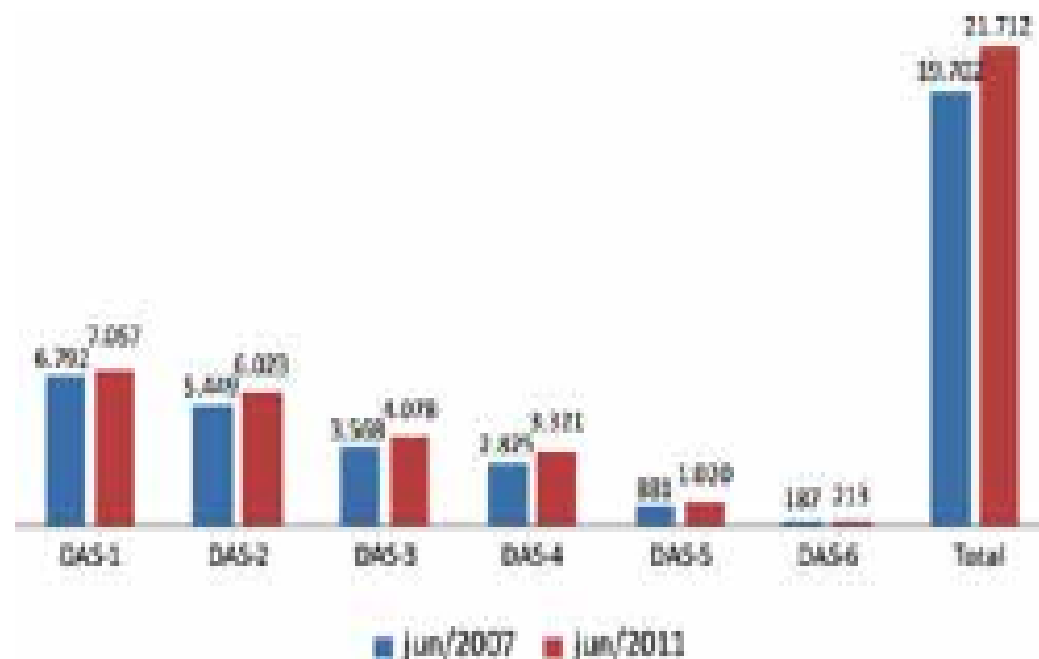


Distribuição dos servidores por estados



Distribuição de detentores de DAS 3, 4, 5, 6 e NES

Quantidade dos ocupantes de DAS



Desafio II - Macroestrutura do governo federal

Presidência da República

Advocacia-Geral da União

Casa Civil da Presidência da República

Comissão de Ética Pública

Conselho da República

Conselho de Defesa Nacional

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Conselho de Governo

Conselho Nacional de Biossegurança

Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

Conselho Nacional de Desestatização

Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte

Conselho Nacional de Política Energética

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Controladoria-Geral da União

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministério da Cultura

Ministério da Defesa

Ministério da Educação

Ministério da Fazenda

Ministério da Integração Nacional

Ministério da Justiça

Ministério da Pesca e Aquicultura

Ministério da Previdência Social

Ministério da Saúde

Ministério das Cidades

Ministério das Comunicações

Ministério das Relações Exteriores

Ministério de Minas e Energia

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Ministério do Esporte

Ministério do Meio Ambiente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério do Turismo

Ministério dos Transportes

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da PR

Secretaria de Políticas para as Mulheres da PR

Secretaria de Portos da Presidência da República

Secretaria de Relações Institucionais da PR

Secretaria-Geral da Presidência da República

Vice-Presidência da República

CASA CIVIL – Gabinete Ministro e Secretaria Executiva

Assessoria Especial

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia de Articulação e Monitoramento

Subchefia para Assuntos Jurídico

Comissão Nacional da Verdade

Comitê Consultivo do PRO-REG e Comitê Gestor do PRO-REG

Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas

Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital

Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil

Comitê Para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância

Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia

Conselho Superior do Cinema

Gabinete Grupo de Gerenciamento para Fortalecimento das Ações do
Programa Brasil Empreendedor/Micro, Peq. e Médias Empresas

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

MINISTERIO DA JUSTIÇA – Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva

Arquivo Nacional

Comissão de Anistia

Comissão Nacional de Política Indigenista

Comitê de Coordenação dos Programas do Ministério da Justiça

Comitê Gestor de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários

Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

Conselho Nacional de Segurança Pública

Defensoria Pública da União

Departamento de Polícia Federal

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Departamento Penitenciário Nacional

Fundação Nacional do Índio

Secretaria de Assuntos Legislativos

Secretaria de Direito Econômico

Secretaria de Reforma do Judiciário

Secretaria Extraordinária de Segurança Para Grandes Eventos

Secretaria Nacional de Justiça

Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Ainda o desafio cognitivo: conceitos de Estado e algumas implicações

Conceitos, abrangência e complexidade do ambiente operacional dos estados contemporâneos.

Reduções a serem evitadas: só Executivo; só governo; só Federal, Estado como ente monolítico (a importância dos setores)

Embora não traduzíveis numa fórmula sofisticada e nem tão concisa, as macro-atribuições apresentadas neste curso compõe uma definição de Estado articulada com base em cinco campos fundamentais – e em nosso entender indispensáveis – de atuação e estruturação dos Estados nacionais contemporâneos em relação (i) ao mundo da vida; (ii) à economia; (iii) à política; (iv) às dinâmicas, sistemas e subsistemas setoriais; e (v) às estruturas e imperativos organizacionais e institucionais dos Estados.

A definição de Estado apresentada neste curso vai além da definição de Weber, com sua ênfase nos meios característicos comuns aos Estados (território, monopólio considerado legítimo da violência, burocracia e lei), na medida em que buscou combinar esses meios típicos que estruturam os Estados com determinadas finalidades estruturais dos Estados contemporâneos para o funcionamento e dinâmica das sociedades complexas e interdependentes em que vivemos.

Implicação: para além da dicotomia técnica *versus* política:

Técnica + Conhecimento + Política

III. Padrões de relação Estado e Sociedade: corporativismo, clientelismo, insulamento, autonomia inserida, interdependência governada e o debate sobre capacidade do Estado no século XXI

Corporativismo:

Insulamento:

Autonomia:

Autonomia Inserida:

Interdependência governada

Capacidade do Estado:

III. Padrões de atuação do Estado: Interações Estado/sociedade:

Corporativismo

Mecanismo de intermediação de interesses gestados para lidar com as incertezas do mercado, caracterizado pela constituição de um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas, permitidas ou incentivadas pelo Estado.

No caso do *corporativismo estatal*, os grupos e categorias são dependentes e incorporados à dinâmica das negociações com o Estado a partir dos desígnios do próprio Estado.

No *corporativismo social*, estes grupos são criados autonomamente e penetram nas esferas decisórias estatais a partir de seus próprios esforços. (Edson Nunes, Phillippe Schmitter)

III. Padrões de atuação do Estado: Interações Estado/sociedade:

Clientelismo

“(...) repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias e cliques. Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo. As elites políticas nacionais contam com uma complexa rede de corretagem política que vai dos altos escalões até as localidades. Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos - isto é aqueles que apóiam o governo - têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho de Estado.”

(Edson Nunes, 1985, p. 361)

III. Padrões de atuação do Estado: Interações Estado/ sociedade: Insulamento e circulação

Insulamento (Edson Nunes): *“o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas sociais e populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas.* (NUNES, 1985, p. 362)

Circulação burocrática (Ben Ross Schneider): a rotatividade dos burocratas pode, apesar de problemas, proporcionar uma melhoria no desempenho burocrático. Na verdade, esta mobilidade garantiria o encaminhamento de propostas alternativas via percursos não previamente concebidos, onde os burocratas em suas carreiras “errantes” abririam e teceriam as redes necessárias para a consecução de objetivos racionais, inviabilizados caso esta circulação não ocorresse.

III. Padrões de atuação do Estado: autonomia e capacidade do Estado - anos 1980-90

Autonomia compreendida simplesmente como a capacidade de os Estados, enquanto organização, “*poderem formular e perseguir objetivos que não são meros reflexos das demandas e interesses dos grupos sociais, classes ou da sociedade*”.

A capacidade dos Estados alcançarem **objetivos oficiais**, particularmente em contextos de oposição real ou potencial oriunda de atores sociais relevantes ou em contextos *complicados*.

Atributos da capacidade dos Estados: a integridade soberana e o estável controle administrativo-militar de um determinado território, a existência em bom número de funcionários oficiais leais e capacitados, às orientações extranacionais dos Estados, aos desafios que os Estados podem enfrentar para manter a ordem interna e aos recursos organizacionais que as coletividades de dirigentes oficiais do Estado podem ser hábeis para mobilizar e utilizar – com destaque especial para a capacidade de mobilizar e utilizar os recursos.

(Theda Skocpol, in Bringing the State Back In, 1985)

III. Padrões de atuação do Estado: autonomia e capacidade do Estado - anos 1980-90

A aceitação tácita de que os Estados agem com algum grau de coerção e arbitrariedade inclusive sobre as interesses mais poderosos da sociedade.

Além disso, **ao existirem** e ao ocuparem um espaço central e decisivo na vida das sociedades contemporâneas, **os Estados tendem a influenciar, mesmo de modo não-intencional** a formação de grupos, as idéias, as capacidades políticas, as demandas e as identidades de diversos setores da **sociedade**.

Os Estados produzem efeitos sócio-políticos: ao existirem, afetam as táticas, as estratégias e os interesses de grupos, afetam a agenda e o modo de recrutamento e de atuação dos partidos políticos, afetam a própria definição e o entendimento de Política numa determinada sociedade. **(Skocpol, 1985).**

III. Padrões de atuação do Estado: autonomia e capacidade do Estado - anos 1980-90

Uma definição weberiana de Estado: *um conjunto de organizações investidas com a autoridade para tomar decisões duradouras para pessoas e organizações juridicamente localizadas num território particular e para implementar essas decisões usando, se necessário, a força.* (Jessop e Rueschemeyer, 1985)

Por outro lado, a **autonomia dos Estados** não é algo garantido, válido para todos os Estados e para o Estado como um todo. A autonomia é **relativa** - porque não é algo que possa ser encontrada nas mesmas condições e proporções em todos os Estados, nem é a mesma ao longo dos diferentes contextos históricos, nem igualmente distribuída por todo o complexo de aparatos que constituem os Estados.

Deste modo, a equação “relativizada” de autonomia dos Estados pode ser reescrita nos seguintes termos: **os Estados são autônomos quando e nas áreas em que conseguem perseguir e implementar seus objetivos oficiais em detrimentos dos interesses dos demais setores da sociedade.** (Acco, 2009)

III. Padrões de atuação do Estado: autonomia e capacidade do Estado - anos 2000 até a data presente – a busca dos Estados efetivos e desenvolvimentistas do século XXI

Desenvolvimento: crescimento econômico + sustentabilidade ambiental + a expansão das capacidades humanas para que as pessoas vivam os modos de vida que apreciam e têm razões em valorizar, então, pode-se depreender ao menos seis novos atributos ou desafios se impõem para os Estados desenvolvimentistas do Século XXI.

- a) *Os Estados desenvolvimentistas devem ser democráticos.*
- b) Os Estados desenvolvimentistas do século XXI devem também se preocupar muito mais em fortalecer as *capacidades humanas* - serviços de educação, saúde, acesso à cultura, *liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparências; segurança protetora;*
- c) Criar as condições para o amplo acesso à ideias criativas. O destino dos países que falharem em mobilizar esforços e investimentos públicos nesta direção tende a ser a *marginalização econômica.*

III. A busca dos Estados efetivos e desenvolvimentistas do século XXI

- d) Ora, se os Estados passam a ser não apenas mais necessários, mas, sobretudo, mais exigidos em frentes e modos de atuação muito mais complexos, envolventes e democráticos, obviamente a necessidade de **burocracias bem constituídas mantém-se, alterando-se, contudo, certos atributos** de sua constituição. **A capacidade burocrática necessária à expansão das capacidades humanas** deve ser acrescida à capacidade de construção dos laços muito mais amplos e capilarizados com a sociedade necessários à garantia de bens comuns, além da **capacidade para lidarem com a transformação econômica em setores dinâmicos; de outro, a relação com os demais setores da sociedade a serem envolvidos na composição das *conspirações para o desenvolvimento*.**
- e) **A *autonomia inserida* do Estado se transforma: de um lado, precisa atuar com maior autonomia relativa em relação aos interesses monopolistas dos detentores das ideias mais rentáveis; de outro, precisa abarcar um leque ampliado de atores da sociedade civil** de modo a proporcionar os pré-requisitos democráticos e as condições de viabilização e expansão dos bens coletivos.
- f) **Ter capacidade de extrair divisas (portanto, de tributar) suas elites privadas de modo a deter um nível suficiente de recursos para manter a integridade de seus aparatos e de financiar os investimentos necessários à expansão das *capabilities e da transformação econômica*.** Este desafio é ainda maior para os países em desenvolvimento.

III. A capacidade dos Estados desenvolvimentistas do século XXI – Transformação econômica

Os Estados não são estanques, nem seus instrumentos integram um conjunto único e pré-determinado. O que está em declínio são determinados instrumentos de políticas, e não os Estados

Se há algum declínio nas capacidades de intervenção dos Estados, este declínio é o de um conjunto determinado de instrumentos macroeconômicos, especialmente as estratégias de ajuste macroeconômico focadas quase que exclusivamente em políticas fiscais e monetárias.

Monetarismo e keynesianismo, as duas faces mais conhecidas da condução das políticas macroeconômicas, não são mais suficientes para gerar crescimento e desenvolvimento: ambas concebem as políticas macroeconômicas como um estoque razoavelmente fixo de alternativas, com quase nenhuma possibilidade de adaptação criativa (Weiss, op. cit. 197).

As políticas macroeconômicas convencionais, estas sim, são, de fato, insatisfatórias para lidarem com contextos muito mais complexos, com dinâmicas setoriais que precisam de mecanismos muito mais estreitos de trocas de informação, negociação e compartilhamento de riscos e investimentos.

III. A capacidade dos Estados desenvolvimentistas do século XXI – transformação econômica

Seja para “alcançarem” os países mais avançados, seja para se manterem à frente dos competidores, seja ainda para conseguirem liderança tecnológica em determinado setor, **os Estados nacionais têm demonstrado diferentes capacidades para uma série de atribuições cruciais**, tais como liderarem um esforço de investimento coletivo em determinados setores ou atividades, ou aumentarem o volume de exportações de produtos manufaturados de seus países ou estimularem inovações tecnológicas ou estabelecerem os marcos regulatórios adequados...

A força dos Estados reside essencialmente em sua *capacidade para mobilizar consentimento ou para institucionalizar a cooperação*. Desta perspectiva, não são completamente decisivas a capacidade fiscal do Estado, nem a extensão de sua burocracia, mas sim **a capacidade de burocracias estatais constituírem espaços institucionalizados para a negociação e implementação compartilhada** com lideranças econômicas e sociais **de objetivos, metas e resultados em termos econômico-industriais e sociais**.

III. A capacidade dos Estados desenvolvimentistas do século XXI – transformação econômica

A capacidade dos Estados está significativamente relacionada à capacidade de adaptação dos Estados aos novos contextos e dinâmicas econômicas.

Do ponto de vista dos instrumentos políticos, um estado capaz é aquele que consegue conjugar instrumentos macroeconômicos, setoriais e microeconômicos, sendo que os dois últimos complexos de medidas são muitas vezes mais efetivos e eficazes em se tratando de economia e desenvolvimento industrial do que as políticas macroeconômicas.

A capacidade dos Estados não decorre da sua maior ou menor exposição à economia mundial. Mais importante que o “grau de exposição à economia mundial” é a capacidade dos Estados para coordenar a economia industrial num contexto altamente internacionalizado.

A posição das economias nacionais numa “hierarquia” no sistema econômico internacional não está, em hipótese alguma, rigidamente determinada, nem congelada.

III. A capacidade dos Estados desenvolvimentistas do século XXI – transformação econômica

A capacidade dos Estados não está diretamente associada à fragilidade do empresariado nacional. Não se trata de um jogo de soma zero, em que elites empresariais frágeis “possibilitam” o surgimento de burocracias estatais fortes ou vice-versa. **Ao contrário, os casos mais bem-sucedidos de desenvolvimento econômico e social ocorreram em países – como Japão, Coreia do Sul e Alemanha – nos quais os Estados impulsionaram os empresários nacionais a se constituírem como elites fortes, coesas e apreciavelmente organizadas .**

A capacidade dos Estados na promoção do crescimento e da transformação econômica está relacionada à capacidade dos Estados para conceber e implementar políticas que *umentem o excedente passível de ser investido preferencialmente em setores industriais dinâmicos*, como elemento de investimento tomado em contraposição ao esforço da simples *redistribuição* dos recursos já existentes.

Políticas consistentes de ampliação dos excedentes mobilizáveis para reinvestimentos produtivos e de inovação tecnológica devem ser inseparáveis de políticas distributivas.

Estados capazes são aqueles que conhecem os setores, os atores e as dinâmicas setoriais.

III. A capacidade dos Estados desenvolvimentistas do século XXI – transformação econômica – política de inovação tecnológica

No campo da política de inovação tecnológica – a peça central do desenvolvimento industrial contemporâneo e, portanto, o passe para os melhores lugares das economias nacionais nas cadeias de mercadorias e de valores globalizados – **a ausência da coordenação mais explícita dos Estados tem levado ao declínio relativo mesmo países econômica e socialmente robustos como a Suécia.**

As estratégias de **desenvolvimento industrial**, e de um modo muito intenso, o seu epicentro, **a política tecnológica**, abrangem um conjunto de iniciativas por parte dos Estados:

1. *Abrindo caminhos em áreas com novos produtos e tecnologias potenciais*, como no exemplo da liderança exercida pelo MITI na promoção da robótica nos anos 1980;
2. *Promovendo novas indústrias infantis* (indústrias de alta-tecnologia do futuro), especificamente biotecnologia, microeletrônica e novos materiais;
3. Mantendo um programa contínuo de investimento para *indústrias maduras*, seja através de novas aquisições ou garantindo investimentos para a modernização das plantas e equipamentos existentes, como no caso da indústria japonesa de máquinas de ferramentas;
4. Recuperando espaço crítico perdido para competidores em *indústrias estratégicas* – por exemplo, a bem sucedida atuação do Departamento de Defesa Norte-Americano em financiar a Sematech, o consórcio público-privado constituído para recuperar a capacidade perdida para o Japão na indústria de semicondutores;
5. Assistindo a uma desmontagem ordeira e adequada de *indústrias em declínio* – a chamada política de ajuste industrial, cujo exemplo mais bem sucedido tem sido o Japão. (Weiss, 1998: 201)

IV. Transformações e desafios do Estado Contemporâneo

1. O Estado como base primordial para (relativa) coesão política, cultural e ideológica

Os Estados proporcionam antes de mais nada *locus* e espaço para a articulação – tensa e dinâmica – com base em um conjunto de identidades de classe, étnicas, culturais, político-ideológicas imaginadas e construídas, entre - e também contra - forças sociais nos diferentes territórios.

Esta dimensão essencialmente política da configuração dos Estados nacionais não parece estar em declínio, antes, pelo contrário, encontra-se ampliada e transformada.

Na medida em que os embates e esforços internos deslocam-se da consolidação das fronteiras territoriais para a configuração dos aparatos de poder e de suas bases de legitimidade, e na medida em que muitos dos centros de poder das sociedades contemporâneas (empresas multinacionais e organismos internacionais, por exemplo) encontram-se bastante fechados à disputa e à atuação política e democrática, é bastante provável que recaiam sobre os Estados nacionais novas demandas e sobrecargas de expectativas, especialmente da agenda que envolva a concertação nacional e internacional.

2. Força, segurança, violência considerada legítima e Integridade territorial:

Forma “clássica” de poder estatal. Em geral, têm sido formas recorrentes de expressão do complexo força/segurança ou do monopólio relativo da violência considerada legítima: o poder bélico e de segurança nacional e a constituição, treinamento e manutenção dos aparatos de segurança na forma de forças armadas e policiais regulares; obtenção de armamentos (envolvendo a *industrialização* da produção, a aquisição, comercialização, financiamento etc.); segurança pública interna e sistema carcerário; controle migratório; controle sobre as fronteiras territoriais; uso ou ameaça do uso da guerra como fenômeno estruturante em muitos países; aparatos jurídicos e judiciais para o cumprimento das leis; aparatos de inteligência; diplomacia e concertação internacional, nas diferentes escalas.

Encontramos argumentos e indícios importantes indicando, entre outros: o crescente enfraquecimento dos Estados para lidar com a segurança interna (retratados no aumento dos indicadores de violência principalmente urbana); inconsistências para lidar com o crime organizado e o tráfico de armas, drogas, mercadorias ilícitas e pessoas; expansão das formas privadas de controle e uso da violência e de seus instrumentos (alguns dos quais considerados também legítimos); limites crônicos dos aparatos policiais e judiciais; sobrecarga/falhas em todo o aparato carcerário, prisional e de prevenção, recuperação e enfrentamento das formas (inclusive sempre renovadas) de crime; indicadores de declínio dos orçamentos militares nos países centrais; privatização e aproximação com o mundo civil da indústria de armamentos; ampliação da concertação regional e internacional.

Estes são argumentos que, no geral, indicam relativo declínio deste aparato, embora, não nos pareçam suficientes para assegurar um inequívoco declínio dos aparatos de Estado nesta dimensão.

3. Diplomacia, representação e negociação internacional:

Encontramos indicações bastante consistentes de que esta dimensão é uma das mais fortalecidas dos Estados nacionais contemporâneos.

Seja como a contrapartida funcional para o reconhecido pelo sistema interestatal mundial; como aparato especializado de negociação do conjunto crescente de questões que envolvem as relações entre os povos e Estados (comércio, finanças, territórios, meio ambiente, segurança, trocas e intercâmbios culturais etc.); como mobilizador de *cooperações técnicas* entre os países; seja como representantes preferenciais nos diferentes fóruns de negociação internacional, parece não haver dúvidas que presenciamos a um movimento de fortalecimento e ampliação dos aparatos diplomáticos, assim como, de internacionalização das políticas e dos aparatos burocráticos dos Estados nacionais.

4. Gestão da moeda, do sistema financeiro e dos fluxos de capital:

Envolve atividades de gestão e controle do sistema monetário nacional e das suas interações com o sistema monetário global, inclusive o controle e supervisão dos fluxos de capital; controle relativo da oferta da moeda e do crédito; política de juros e endividamento público; regulação, controle, supervisão e fiscalização do sistema bancário e dos mecanismos financeiros; políticas de controle inflacionário e de investimento público; supervisão em última instância do mercado de capitais; supervisão das contas nacionais; supervisão da política cambial; representação em fóruns internacionais e no seletor clube de autoridades monetárias internacionais (algo bastante diferenciado entre os Estados).

Esta é uma das frentes onde os Estados nacionais alegadamente mais perderam capacidade de atuação autônoma (sobre o controle dos fluxos de capitais, sobre a quantidade da moeda, sobre a eficácia das políticas de crescimento, sobre a política de juros, especialmente os de longo prazo, sobre o controle e a fixação da taxa de câmbio, sobre o controle das operações bancárias e do mercado de capitais, dentre outras), embora os cenários abertos pela crise internacional intensificada em 2008 tendam a indicar um novo e ainda indeterminado movimento de recomposição das atribuições dos instrumentos monetários nacionais e do papel dos Estados nacionais no redesenho dos parâmetros regulatórios dos mercados financeiros, cambiais e de capitais em escala regional e mundial.

Aqui também, ao que tudo indica, observa-se a possibilidade de a dimensão inescapavelmente *política* de gestão da moeda (em qualquer escala) recuperar seu terreno.

5. Políticas fiscal e tributária, composição dos fundos públicos e gestão orçamentária

Dimensão central de estruturação dos aparatos estatais, a composição da máquina tributário-fiscal, com seus aparatos legais, normativos, regulatórios, de fiscalização e penalização, envolve complexas burocracias, procedimentos e normatizações para a gestão da política de arrecadação, administração orçamentária e ‘dispêndios’ do Estado.

Envolve, do lado da entrada de receitas, fazer a gestão de todas as disputas entre categorias e agentes econômicos – empresas de diferentes tamanhos e dos mais variados setores, trabalhadores de rendas e qualificações variadas, prestadores de serviços (dos precários aos profissionais liberais), organizações da sociedade civil, setores informais etc. – categorizados em diversas formas de “contribuintes” ou de beneficiados com disputadas “isenções”.

Do ponto de vista da gestão da administração dos recursos e dos dispêndios, envolve complexas disputas pelas partilhas entre diferentes níveis de governo, políticas públicas e setores mais ou menos beneficiados por meio de transferências, subsídios, repasses, benefícios, pagamentos etc.. Envolve também complexos sistemas legais e normativos para a alocação dos recursos (destinações prescritas em Leis e na Constituição e em decretos, portarias, instruções normativas). Além da gestão financeira do orçamento (aplicações, interações com política monetária e cambial, endividamento e seu financiamento, reservas, seigniorage, composição de fundos etc.).

5. Políticas fiscal e tributária, composição dos fundos públicos e gestão orçamentária: principais transformações e desafios (cont.)

Campo de luta constante, o terreno fiscal e tributário, enquanto um dos principais mecanismos de composição das receitas dos Estados (muito mais importante que outras fontes de receitas como a emissão /seigniorage sobre a emissão, compulsório ou encaixe bancário, operações da dívida pública ou os lucros e receitas das estatais), encontra-se perpassado por uma série quase interminável de disputas, em particular, em torno da legitimidade dos tributos (incidências, alíquotas, isenções), e das receitas tributárias consideradas como fonte legítima de recursos para o uso “coletivo”, ou como formas ilegítimas de usurpação e de desperdício de recursos subtraídos de atividades economicamente produtivas.

Desafios

Legitimidade da política fiscal (dos tributos e do ‘gasto’)

Ampliação das externalidades positivas geradas pelos princípios da equidade (tributo “justo”), progressividade (cada um contribui de acordo com seu nível de renda), neutralidade (os tributos não devem gerar impactos negativos no consumo, produção e investimento), simplicidade (o cálculo, cobrança e fiscalização são simplificados e seus custos administrativos são baixos).

5. Políticas fiscal e tributária, composição dos fundos públicos e gestão orçamentária: principais transformações e desafios (cont.)

Desafios

Novos atributos: Sustentabilidade e efetividade das políticas e dos dispêndios do Estado (exemplos mais evidentes: saúde, previdência, educação, infraestrutura); qualidade do gasto.

Constituição de instâncias de pactuação da política fiscal

Melhor compreensão da dinâmica real da economia e da sociedade – impactos dos tributos e das alocações dos recursos orçamentários na sociedade e nos setores

Dificuldade para tributar os mais ricos, melhor qualificados e com maior mobilidade (indivíduos e empresas) – beautiful contest

Outros desafios? Que recursos humanos precisamos?

6. Infraestruturas:

Transportes, energias, água, saneamento, habitação, mobilidade urbana, de acesso à serviços de interesse coletivo como educação, saúde, cultura, esportes, lazer, assistência social, segurança pública; comunicação, internet, capacitação profissional, serviços de atendimento ao cidadão etc.

São insumos básicos essenciais à população e aos setores econômicos, e que têm os Estados nacionais e seus variados instrumentos e atributos de centralidade institucional como espaços decisórios decisivos.

Regulações, planejamento, compras, produção direta, produção contratada, financiamento, articulação dos recursos necessários, mobilização de parcerias, contratação de projetos e suas execuções, garantias de acesso, desapropriações, segurança dos sistemas, concessões de serviços públicos e fiscalização, gestão, manutenção e sustentabilidade das diferentes infraestruturas são exemplos de atividades altamente relevantes desempenhadas pelos Estados nacionais na economia política desses bens e serviços essencialmente coletivos.

Quais dessas atribuições podem ser transferidas para outras instâncias decisórias? Com quais dessas atribuições vcs entendem que poderão ter que lidar ao longo da carreira?

7. Garantia dos contratos: direitos de propriedade e propriedade intelectual:

A garantia das diversas formas de propriedade e a garantia de suas múltiplas formas de contratos e títulos são atribuições tradicionais dos Estados, especialmente nas sociedades nas quais formas mercantis capitalistas são expressivas ou exercem predomínio evidente.

Também nesta dimensão são acrescentados novos desafios às atribuições tradicionais dos Estados: movimentos como a proliferação de formas de produção e de comercialização de conteúdos, fórmulas e patentes e a multiplicação de formas de direitos de propriedade correspondentes; o crescimento exponencial dos tipos de ativos e contratos comercializados nos mercados de capitais em todo o mundo e a crescente financeirização do cálculo econômico e das formas de propriedade, são indícios nesta direção.

8. Segurança jurídica, sistema de leis e justiça

Tema interligado com o anterior, mas que o transcende. Aqui estamos considerando as atribuições precípuas dos Estados na garantia da segurança e do ordenamento jurídico, no caráter republicano da feitura e do cumprimento das leis, penalidades e sanções; na garantia dos direitos legalmente instituídos e de processos jurídicos [minimamente] transparentes; no provimento das condições que tornam possível legisladores e juízes honestos e íntegros; o provimento de leis atualizadas e socialmente relevantes; de sistemas razoáveis de combate aos crimes e de penalização. Portanto, de um conjunto de atributos que conferem segurança e confiança nas instituições vigentes.

Ainda que fortemente influenciada por sistemas de leis e organizações internacionais, as complexas “traduções” desses constrangimentos externos, assim como o seu cumprimento no território integram o rol de atribuições das instituições nacionais.

9. Relações de trabalho e mediação com o mundo do trabalho

Em disputa, nada menos do que aspectos decisivos para as condições de vida para a maior parte da população, que depende fundamentalmente do próprio trabalho e não de rendas herdadas ou construídas para se manter. Para o empregador, nada menos que um dos principais itens de custo da atividade econômica e fonte de tensão constante em questões como absenteísmos, greves, formação e capacitação, remuneração, férias, aposentadoria, jornada de trabalho, INOVAÇÃO e assim por diante. No centro dessas disputas, os Estados nacionais.

Visões contrastantes sobre o Trabalho e implicações institucionais: Trabalho considerado como custo de um fator de produção como outro qualquer (e, portanto, facilmente substituível) *versus* o trabalho considerado como fonte de identidades e de conhecimentos e como combustível da demanda agregada nacional, acrescidas com as aspirações autonomistas e solidárias de reorganização do mundo do trabalho, são componentes do território altamente conflitivo em que os Estados operam e se constituem. Traço distintivo estrutural entre os Estados e formações sociais que moldaram suas instituições com base em uma dessas visões sobre o papel do trabalho e do trabalhador nas sociedades contemporâneas.

Nada de mais consistente parece ter se revelado para minar a centralidade institucional dos Estados na mediação das relações (conflituosa, disputada e contraditória) das relações capital e mundo do trabalho.

Questão de fundo: Aprofundamento ou reversão de formas mais agudas de ativação dos mercados de trabalho?

10. Cidadania, coesão, diversidade, identidades e aparatos de bem estar social:

Dimensão crucial de atuação dos Estados contemporâneos, a busca da manutenção de algum grau de coesão social interna pode envolver mecanismos mais duros como a repressão e/ou o monitoramento dos possíveis setores “dissidentes” ou de “oposição”, passando pela manipulação mais ou menos explícita e metódica de símbolos e valores de identidade nacional e pelo exercício de alguma forma de controle (ou tentativa de controle) sobre os conteúdos culturais e cognitivos transmitidos às populações, especialmente nos meios de comunicação e no sistema educacional. (Hard politics)

Em seu entrecruzamento com os temas da cidadania e do bem estar, a coesão social costuma envolver temas como o monitoramento dos fluxos migratórios e populacionais; a manutenção de níveis “aceitáveis” de segurança pública; a mitigação de condições extremas de sujeição e opressão social (tais como fome, analfabetismo, trabalho escravo e/ou precário, trabalho e prostituição infantil, moradores de rua, desabrigados e vítimas de catástrofes naturais); o oferecimento de oportunidades de inclusão social e de acesso; a sustentação de aparatos institucionais e legais mais ou menos confiáveis para o atendimento de inseguranças e a oferta continuada de bens e serviços públicos, como educação, habitação, saúde, transportes, energia, previdência social e acesso cultural e de informações.

10. Cidadania, coesão, diversidade, identidades e aparatos de bem estar social (cont.)

Não há indícios de que as aspirações por cidadania, bem estar e por componentes de coesão social – mesmo que os elementos de identidade sejam a mais ampla diversidade – irão declinar, nem de que os Estados tenham declinado a sua importância em qualquer uma dessas frentes.

Antes pelo contrário, também aqui, em assuntos bastante próximos ao mundo da vida das sociedades contemporâneas, ao que tudo indica, os Estados nacionais guardam e ainda guardarão amplas reservas de atribuições e desafios.

Contudo, a expansão da democracia, de um lado, e da crise econômica, política e ética que vivemos, de outro, trazem novas e contraditórios pressões para a atuação dos Estados nacionais nesta dimensão.

Provocação: Estado de bem estar ou sociedade de bem estar?

11. Conhecimentos, inovação, ciência e tecnologia

O reconhecimento da centralidade do conhecimento para a vida econômica, política e sócio-cultural das sociedades contemporâneas impõe difíceis desafios para os **sistemas educacionais, de produção e difusão cultural, de informações, pesquisa e desenvolvimento, de ciência e tecnologia**. Reconhecimento da centralidade do Conhecimento para praticamente todos os setores e atividades humanas.

A centralidade do conhecimento gera desafios para todo o complexo de instituições, sistemas e subsistemas mais diretamente envolvidos com a economia política do conhecimento, dimensão nas quais os Estados apresentam atribuições cruciais. Há uma economia política do conhecimento a ser considerada, na qual os Estados nacionais encontram-se profundamente envolvidos.

A contradição estrutural na economia política do conhecimento na qual está mergulhado todo o conjunto dos aparatos institucionais envolvidos com o estímulo, financiamento, produção, armazenamento, utilização, comercialização, fruição, inovação e demais elos da economia política do conhecimento, nos diferentes setores da sociedade e do Estado.

11. Conhecimentos, inovação, ciência e tecnologia (cont.)

Duas visões concorrentes sobre o conhecimento com implicações institucionais

<p>Conhecimento compreendido como bem comum, coletivamente constituído e publicamente acessável e, dessa forma, crucial para o mundo da vida de indivíduos e coletividades</p>	<p>Conhecimento compreendido como fruto do conhecimento individual e comercializável na forma de propriedade individual/corporativa, apropriável mediante pagamento</p>
<p>Bibliotecas públicas, acervos públicos, acesso gratuito a conteúdos, educação pública, internet livre, copyleft e creative commons, proteção aos conteúdos das culturas tradicionais...</p>	<p>Bibliotecas privadas, acervos privados, acesso pago a conteúdos, educação privada, internet paga, tv paga, copyright, todos os direitos reservados, apropriação privada de conteúdos tradicionais...</p>

11. Conhecimentos, inovação, ciência e tecnologia (cont.)

Economia política do conhecimento: apresenta ao menos cinco elos cruciais nos quais os posicionamentos dos Estado já estão sendo, e serão cada vez mais, cruciais:

- (i) Tornar viável a agregação e disponibilização do manancial de conhecimentos relevantes existentes (especialmente os conhecimentos potencialmente “produtivos”);
- (ii) Garantir o acesso da população a estes conhecimentos;
- (iii) Criar as condições institucionais que possibilitem a conversão desses conhecimentos e ideias em produtos e serviços úteis e comercializáveis em escala ampliada;
- (iv) Garantir as condições de retorno privado – sob a forma do fortalecimento dos mecanismos de proteção equilibrada dos direitos de propriedade intelectual;
- (v) Estados atuarem com base em conhecimentos na condução de suas políticas públicas e instrumentos de atuação.

12. Crescimento econômico sustentável

a) **Crescimento econômico é um pressuposto ou, no mínimo, vem junto com o desenvolvimento econômico, social e ambiental (são indissociáveis).**

“O crescimento permanece um pré-requisito para gerar bem estar no longo prazo. Descobrir formas de gerar crescimento é uma preocupação mesmo para Estados de bem estar”. Peter B. Evans.

b) **O *desenvolvimento* não é apenas uma trajetória local de transformação, e a importância dos setores industriais estratégicos**

“o desenvolvimento... é também definido pela relação entre a capacidade produtiva local e um conjunto variável e globalizado de setores. Os países que integram os setores mais dinâmicos e recompensadores são ‘desenvolvidos’”. Ser relegado aos nichos menos recompensadores ou integrar elos menos rentáveis numa “cadeia de mercadorias” reduz a perspectiva de uma mudança progressiva. Na medida em que a divisão internacional do trabalho é uma hierarquia, preocupar-se com o desenvolvimento significa preocupar-se com o seu lugar nesta hierarquia”. Peter B. Evans.

d) **As vantagens comparativas não são estanques; elas são institucionalmente construídas.**

12. Crescimento econômico sustentável

Política de estímulo a setores estratégicos e intensivos em conhecimento;

Política de estímulo aos pequenos negócios;

Política de proteção a setores declinantes;

Política de prospecção e estímulo a novos setores econômicos

Atribuições do Estado: comprador; regulador; agenciador de recursos e interesses; organizador das instâncias decisórias de Interdependência governada com os setores econômicos privados; formação e qualificação;

12. Condições ambientais e sustentabilidade

Embora a noção de sustentabilidade ambiental aparentemente esteja ainda longe de ser reconhecida como relevante, e a grande parte dos Estados (assim como dos organismos internacionais) assumam um comportamento de quase paralisia diante da agenda ambiental, o crescimento em número, intensidade e gravidade dos desastres ambientais em diversas partes do mundo tendem a fazer colidir a agenda ambiental nos diferentes territórios, e por conseqüência, no âmbito dos Estados.

“Em âmbito mundial, tem-se verificado, nas últimas décadas, um aumento das ocorrências de desastres naturais e dos prejuízos decorrentes. Constata-se uma tendência global para o significativo incremento do número de desastres a partir da década de 70 que, conforme EM-DAT (2009) passou de 50 registros por ano para 350 em 2008, tendo chegado a 500 em 2005. Segundo esta mesma fonte, os prejuízos estimados, que em 1975, eram de aproximadamente 5 bilhões de dólares, passaram a 180 bilhões em 2008.”



De acordo com EM-DAT, o Brasil encontra-se entre os países do mundo mais atingidos por inundações e enchentes, tendo registrado 94 desastres cadastrados no período de 1960 a 2008, com 5.720 mortes e mais de 15 milhões de pessoas afetadas (desabrigados/desalojados). Considerando somente os desastres hidrológicos que englobam inundações, enchentes e movimentos de massa, em 2008 o Brasil esteve em 10º lugar entre os países do mundo em número de vítimas de desastres naturais, com 1,8 milhões de pessoas afetadas (OFDA/CRED, 2009). “ Desastres naturais: conhecer para prevenir / Lídia Keiko Tominaga, Jair Santoro2Santoro, Rosangela do Amaral (orgs.) – São Paulo : Instituto Geológico, 2009.

12. Condições ambientais e sustentabilidade

Embora muitas das questões ambientais apresentem escala mundial ou regional (como o aquecimento global, desertificação, de poluição, chuva ácida, tempestades e outras intempéries, resíduos nucleares, vazamentos de petróleo etc.), novamente, **seja para constituir os aparatos de prevenção, fiscalização ou de socorro às vítimas, seja para construir mecanismos de governança em escala global ou regional de modo muito mais efetivo para a urgente agenda ambiental, os Estados nacionais são atores decisivos também nesta dimensão.**

Mais ainda, a agenda de regulação do acesso à natureza e suas modificações, envolvendo as diversas regulações sobre os direitos de uso da terra (código florestal), sobre o uso da biogenética, sobre a adoção de fontes de energia renováveis e, de modo mais abrangente, sobre alternativas que considerem novos conceitos e novas práticas pautadas numa economia do meio ambiente muito mais inteligente e sustentável do que as práticas predatórias do industrialismo e do extrativismo que marcaram a expansão do capitalismo em todo o mundo, concorrem para configurar a agenda ambiental como uma das mais conflituosas, e para as quais, paradoxalmente, os Estados demonstram correntemente grande despreparo e desinteresse. “Fuga para frente”

13. Programa/agenda de desenvolvimento econômico e social

Embora nem todos os Estados e sociedades constituirão seus “programas de desenvolvimento”, é de se esperar que todas as sociedades e, por conseqüência, todos os Estados em suas jurisdições tenham que lidar com assuntos como as condições de vida das populações, oportunidades de trabalho e renda, acesso à educação, saúde, informações e conteúdos culturais, liberdades políticas e culturais, acesso à moradia, transportes, energia, inovações, infra-estruturas, questões distributivas, sustentabilidade etc. para mencionar alguns tópicos de um agenda do mundo da vida e do sistema econômico e político apenas parcialmente transferível para outras escalas decisórias.

Trata-se de um conjunto sofisticado de atribuições primordialmente políticas, que costumam envolver atividades de integração dos circuitos de produção e consumo; socorro e assistência a setores declinantes; composição e mobilização de fundos públicos e incentivos fiscais; apoio à composição de arranjos produtivos; sustentação/ampliação da demanda agregada (compras públicas, políticas sociais e de emprego, emprego público, salário social etc.); mobilização de poupanças e fundos; regulações nos mais variados campos; apoio e estímulo à inovação; mediações com a economia mundial (proteção para com a concorrência externa, apoio à internacionalização de setores); mediação de interesses conflitantes e autonomia relativa para agir em favor ou em detrimento de determinados setores sociais. Envolvem ainda as disponibilidades de recursos institucionais e econômicos, a composição com componentes mais propriamente sociais (distribuição de renda, seguridade social, educação, saúde, acesso cultural etc.), assim como, inúmeros dilemas e constantes redefinições nos instrumentos de políticas mobilizados, sendo relevante a ênfase para a adequada combinação de políticas macro, meso e micro orientadas. Todos esses são assuntos de economia política, envolvendo visões de mundo concorrentes e prioridades estratégicas a serem social e politicamente definidas.

14. Composição e atualização do aparato institucional e coordenação política

A organização dos Estados enquanto complexos adensamentos institucionais e organizacionais envolve, em geral, a **constituição histórica de burocracias alocadas em agências** nos mais diversos formatos e finalidades, com base num conjunto mais ou menos formalizado de regras/procedimentos e de propósitos, por sua vez, mais ou menos compartilhados com outros setores sociais.

Se a literatura que enfatiza a relevância das instituições estatais está correta, então, são socialmente relevantes aspectos como:

(a) *a composição dos aparatos burocráticos*, envolvendo questões como o recrutamento dos quadros técnicos e políticos – incluindo regras e procedimentos de recrutamento, seleção, supervisão, acompanhamento e controle; premiação e punições, aposentadoria etc.; quantitativos adequados; as qualificações, perfis, habilidades e conhecimentos necessários ao exercício das atividades nos mais diferentes níveis hierárquicos e setores, considerando os desafios aqui considerados;

14. Composição e atualização do aparato institucional e coordenação política (cont.)

(b) ***A configuração e a modelagem institucional:*** atividade política por excelência, a configuração e modelagem dos aparatos institucionais, especialmente em contextos de ampliação da democracia, envolve complexos aspectos como a qualidade e legitimidade do conjunto de leis (inclusive constitucionais), regras, normas e procedimentos (explícitos e tácitos); a difícil adequação aos macro-objetivos políticos, econômicos e sócio-culturais; a adequação às características setoriais; a adequada dotação de recursos tecnológicos, financeiros, políticos e humanos, com os componentes de qualificação profissional exigidos; o reconhecimento das diferentes relevâncias setoriais; as complexas questões relacionadas à densidade democrática e *accountability* política; dinâmicas envolvendo a criação, o estímulo e fortalecimento, a remodelagem, o enfraquecimento e/ou a extinção de aparatos institucionais; as sobreposições e disputas e *et cetera*.

Não há garantia de que as *necessidades* institucionais (supondo-se que estas sejam reconhecidas) serão alcançadas pelos diferentes Estados. Antes, os exemplos de insucesso têm sido muito mais freqüentes, aspecto que torna a questão ainda mais importante e sugestiva.

Ministry of Economy, Trade and Industry

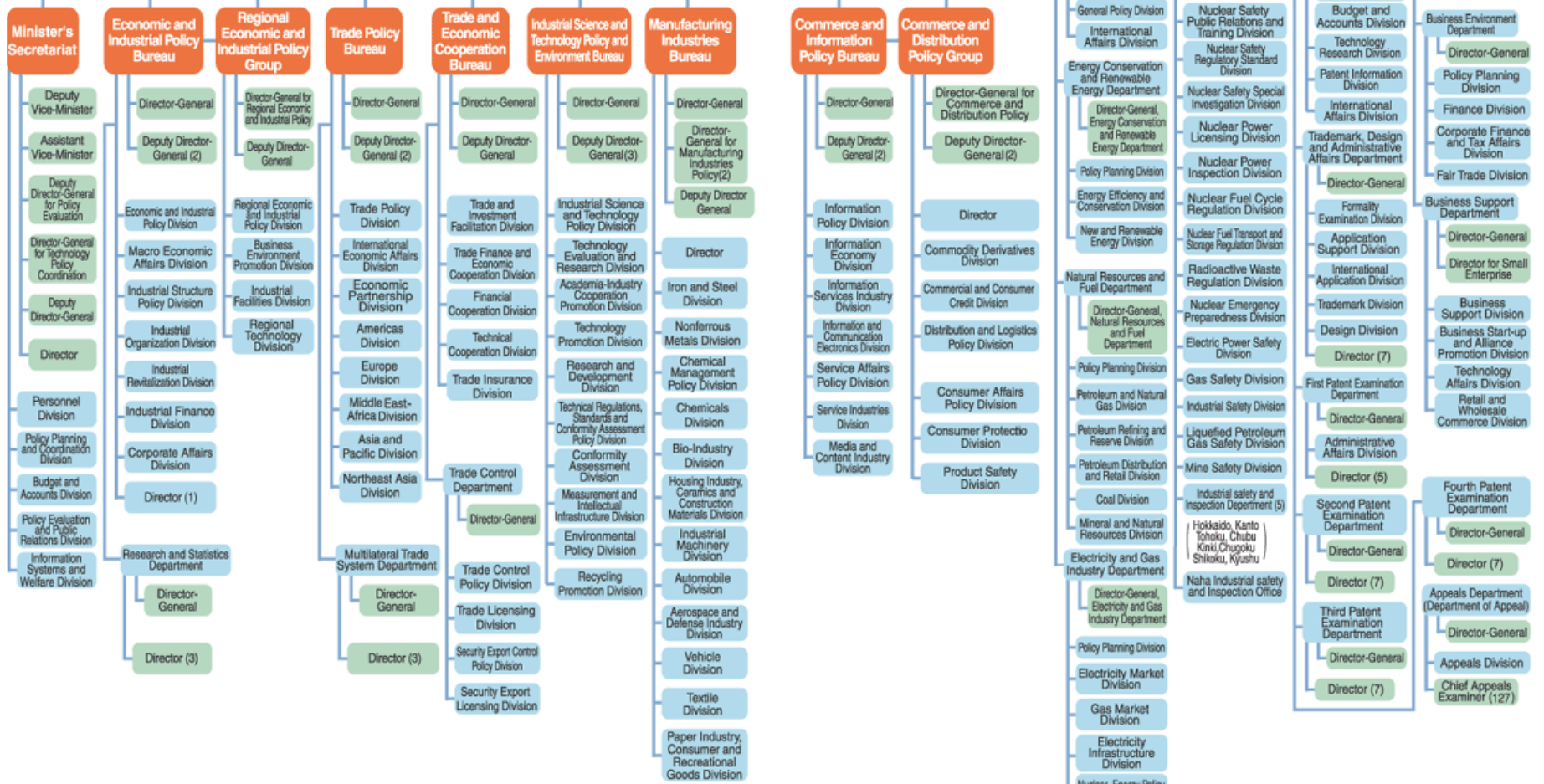
Incorporated Administrative Agencies

- Research Institute of Economy, Trade and Industry (RIETI)
- National Center for Industrial Property Information and Training (INPIT)
- National Institute of Advanced Industrial Science and Technology (AIST)
- Nippon Export and Investment Insurance (NEXI)
- National Institute of Technology and Evaluation (NITE)
- New Energy and Industrial Technology Development Organization (NEDO)
- Japan External Trade Organization (JETRO)
- Japan Nuclear Energy Safety Organization (JNES)
- Information-Technology Promotion Agency (IPA)
- Japan Oil, Gas and Metals National Corporation (JOGMEC)
- Organization for Small and Medium Enterprises and Regional Innovation (SMRJ)

- Minister of Economy, Trade and Industry
- Senior Vice Minister of Economy, Trade and Industry
- Senior Vice Minister of Economy, Trade and Industry
- Parliamentary Secretary for Economy, Trade and Industry
- Parliamentary Secretary for Economy, Trade and Industry
- Vice-Minister of Economy, Trade and Industry
- Vice-Minister for International Affairs

Training Institute of Economy, Trade and Industry

(Regional Bureaus)
Regional Bureau of Economy, Trade and Industry (8)
(Hokkaido, Tohoku, Kanto, Chubu, Kansai, Chugoku, Shikoku, Kyusyu)



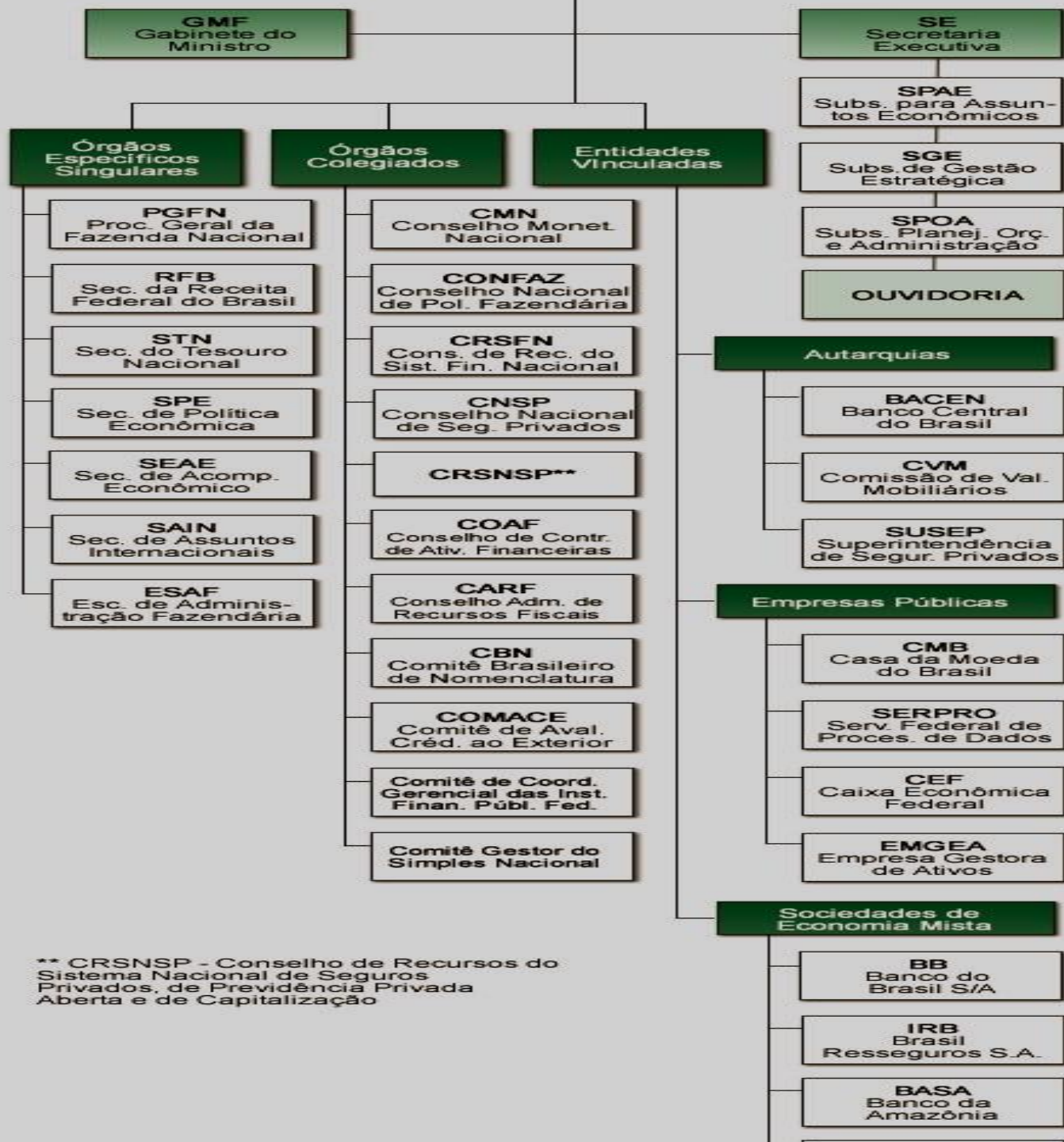
Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

Gabinete do Ministro - GM

Secretaria Executiva - SE

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

- ✓ **Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX**
- ✓ **Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação**
- ✓ **Secretaria de Desenvolvimento da Produção**
 - Departamento de Competitividade Industrial**
 - Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia - Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte**
 - Departamento de Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais**
- ✓ **Secretaria de Comércio Exterior - SECEX**
 - Departamento de Operações de Comércio Exterior**
 - Departamento de Negociações Internacionais**
 - Departamento de Defesa Comercial**
 - Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior**
 - Departamento de Normas e Competitividade no Comércio Exterior**
- ✓ **Secretaria de Comércio e Serviços**
 - Departamento Nacional de Registro do Comércio**
 - Departamento de Políticas de Comércio e Serviços**
 - Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas**
- ✓ **Secretaria de Inovação**



** CRSNSP - Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização

14. Composição e atualização do aparato institucional e coordenação política (cont.)

(c) **Os instrumentos de ação:** no sentido dado por Bobbio de que **meios inadequados podem subverter os fins mais sublimes**, os instrumentos de ação dos Estados podem bloquear ou favorecer aspectos cruciais como o alcance das políticas e a sua própria legitimidade.

A tendência fortíssima, presente em praticamente todos os Estados, ao ***burocratismo*** ou às ***falhas da burocracia***, revelam, no limite os **descolamentos dos instrumentos de ação do Estado em relação aos interesses vitais da sociedade**, instaurando contextos nos quais procedimentos, ritos, sistemas, modos de atendimento, legislações, normas, regulamentos, códigos, cadastros, formulários, regras de acesso e de resposta e toda a parafernália “administrativa” que media a relação dos Estados com a sua população são simplesmente construídos de costas para os cidadãos e a cidadania.

14. Composição e atualização do aparato institucional e coordenação política (cont.)

(d) **Governança e metagovernança:** a relevância da *economia política das escalas* do local ao global e das complexas dinâmicas envolvendo a consolidação de instâncias de governança e de governo para o conjunto de temas econômica e socialmente relevantes.

Destaque-se as atribuições (pouco percebidas) do Estado no sentido da **definição das regras de funcionamento das instâncias de governança, ou seja, a metagovernança das instâncias de governança** (ou a *Política da governança*), aspecto que evidencia questões como quem pode participar de quais espaços decisórios, a composição da agenda dessas instâncias de governança, quem representa quem e em que base etc

(e) **Coordenação política:** a **multiplicidade da agenda** (ambiental, econômica e sócio-cultural, ética, tecnológica, de infra-estrutura, de coesão social etc., cada qual e em seu conjunto com suas inequívocas implicações de disputas políticas); a **multiplicidade dos conflitos entre interesses** potencialmente sempre tão dissonantes entre si e que se fazem sentir sobre os Estados nas mais diferentes frentes de intervenção;

14. Composição e atualização do aparato institucional e coordenação política (cont.)

Coordenação política (cont.): as urgências, os entraves, as presenças ou ausências históricas, os desdobramentos históricos; a existência e obtenção de informações pertinentes; a complexidade do seqüenciamento e do encadeamento das diferentes políticas e aparatos institucionais; as múltiplas escalas e atores envolvidos; as próprias omissões, incompetências, arrogâncias e debilidades na leitura e avaliação dos diferentes contextos; os entraves internos; o abandono à fragmentação e à ausência de perspectiva sobre o conjunto das diferentes frentes (possíveis) nos quais os Estados estão, de algum modo, envolvidos, são alguns dos fatores que tornam o exercício da coordenação política uma tarefa extremamente árdua, e na maioria das vezes, inglória.

Muito mais sim do que não, presenciamos governantes e seus núcleos políticos mais relevantes tropeçarem na complexidade e na multiplicidade da agenda, na ausência de programas e visões estratégicas e nos próprios erros, prepotências, despreparos e omissões.

16. Informações, Planejamento e Gestão de Instituições, Políticas e Programas

Política pública: o Estado em ação

Instrumentos de ação de uma Política: leis, normas, regulamentos; acesso/controlado de informações; Programa(s), ações; investimentos; financiamento; fomento; taxações; compras; reconhecimento; coordenação e planejamento; instâncias de governança; atendimento ao cidadão (guichês, formulários, filas etc.); mobilização de recursos; contratações; execução direta...

Informação e conhecimento como insumos básicos para a tomada de decisão.

Gestão: RHs qualificados e nas quantidades adequadas, remunerados adequadamente; sistemas de informação; modos de execução; monitoramento e avaliação;

Dimensão Orçamentário-financeira e de Sustentabilidade

Fontes de recursos, participação no financiamento dos entes federados, setor privado, organismos internacionais; Impactos econômicos, sociais e ambientais do programa/política; geração de atividades, emprego, renda;

Dimensão Política I

Definições políticas, conceitos e orientações; fundamentos políticos; definição dos objetivos, públicos beneficiários, metas, compromissos públicos, comunicação com a sociedade,

Dimensão Política II

Federalismo

Caracterização da dimensão federativa na agenda em questão; Regras do jogo federativo da política/ programa; compromissos dos entes federativos; instâncias de negociação e pactuação;

Dimensão Política III – Participação da Sociedade:

instâncias de governança, negociação e pactuação: conferências, conselhos, câmaras, seminários, congressos etc.

PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DE PROGRAMAS

“CONSTRANGIMENTO CRIATIVO”

REVISANDO OS FUNDAMENTOS DO PROGRAMA – ANTECIPANDO PROBLEMAS, ENCONTRANDO SOLUÇÕES

Dimensão Accountability

Controle, prestação de contas, padrões de qualidade na entrega de serviços;

Dimensão gestão I – Modos de execução

Processos licitatórios, contratos, convênios, logística, mecanismos de repasse, mecanismos de controle e monitoramento, sistemas de informação, mecanismos e tecnologias de gestão de trabalho., ..

Insumos técnicos

Pesquisas, Bases de Dados, Informações, Indicadores, Planos, Estudos Técnicos, obras de referências etc.

Dimensão Pessoas e Equipes

Equipe, perfis adequados aos objetivos e modos de execução, RHs necessários, participação dos entes federados no processo de trabalho; liderança; capacitação, desenvolvimento; modos de contratação, gestão etc.

Dimensão Tecnologias de gestão, informação e comunicação:

Sistemas de integrados de informação, gestão e monitoramento; sistemas colaborativos; integração com entes federativos; georreferenciamento, 2.0

Dimensão Legal –regulatória

Há necessidade de inovação do marco legal-regulatório? Instruções, normas e procedimentos claros e adequados.

17. Democratização da sociedade, do Estado e dos organismos internacionais

Estamos vivenciando desde a Revolução Francesa uma consistente tendência histórica à expansão da democracia como forma básica de interação política e social em diferentes territórios e espaços decisórios. Contudo, há enormes e inúmeras lacunas que ainda persistem neste processo de democratização, os diversos desafios associados à multiplicidade de formas democráticas adequadas aos diferentes espaços decisórios, os diferentes conceitos de *democracia* operacionalizados pelos atores políticos em seus embates, e mesmo, os grandes espaços geográficos e decisórios nos quais a democracia não é mais do que uma remota idéia, (ainda) sem maiores efeitos práticos. Mesmo diante de ausências, lacunas e dificuldades como estas, a democracia têm avançado, seus procedimentos têm se ampliado em muitas frentes e territórios, e quando desgastados (como vemos ocorrer com muitos dos procedimentos de representação e de participação), ainda assim, se estamos falando de uma democracia minimamente consistente, tratam-se de procedimentos passíveis de escrutínio e aperfeiçoamentos públicos.

17. Democratização da sociedade, do Estado e dos organismos internacionais

Se os procedimentos, práticas e conquistas democráticas serão suficientes para submeter os Estados, seus instrumentos e aparatos aos desígnios democraticamente definidos é uma questão em aberto. O que nos parece mais firme, contudo, é o entendimento de que **os Estados nacionais retém uma importância ainda mais aguda para a democratização das organizações da sociedade civil, dos organismos internacionais, das instâncias de governança, da metagovernança e, por certo, dos próprios aparatos de Estado, nas variadas escalas.**

Perguntas básicas:

À luz dos conteúdos apresentados em relação

(a) às possíveis transformações induzidas pela globalização e/ou;

(b) às proposições da nova teoria do desenvolvimento, e/ou;

(c) os atributos que contribuem para tornar os estados efetivos e catalisadores do desenvolvimento neste século,

pergunta-se, quais os impactos mais evidentes desses conteúdos para o programa ou ação que vocês selecionaram para analisar? (Selecione ao menos dois dos itens acima para formular a resposta)

Além disso, quais os principais desafios que vocês identificam na gestão desse programa?

Justifique.